

Segurança Pública: uma análise arqueogenética do anúncio de concurso publicado no *Jornal Opção Tocantins*

Public security: an archeogenetic analysis of the competition notice published in the Jornal Opção Tocantins

Seguridad pública: un análisis arqueogenético de la convocatoria de concurso publicada en el Jornal Opção Tocantins

Thiago Barbosa Soares¹

Resumo

Soares, T. B. Segurança Pública: uma análise arqueogenética do anúncio de concurso publicado no Jornal Opção Tocantins. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 177-192, 2025. DOI: 10.33148/ctrpico.v49i1.2388

Este artigo possui o objetivo de investigar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública presente na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”, veiculada no portal virtual *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024. Para tanto, faz-se uso do método qualitativo-interpretativo da Análise do Discurso, segundo orientação arqueogenética, voltado para a descrição heurística dos sentidos presentes na matéria em foco. Desse modo, são mobilizadas as noções operacionais de enunciado, formação discursiva e episteme, a partir das quais se verticaliza a leitura do texto delineado para tal. Como resultado, verificou-se também, para além do alcance da propositura traçada para esta investigação, os constituintes internos do enunciado da reportagem em questão, o alinhamento do dispositivo e a ancoragem das relações de saber-poder dispostas no objeto em uma formação discursiva progressista, engendrada por uma episteme estatizante.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso do Norte; Segurança pública; Relações de poder; Tocantins.

Abstract

This article aims to investigate the power relations that constitute the discourse on public security present in the news “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”, published on the virtual portal *Jornal Opção Tocantins*, on October 18, 2024. To this end, the renowned qualitative-interpretive method of Discourse Analysis is used, according to archeogenetic guidance, focused on the heuristic description of the meanings present in the matter in focus. In this way, the operational notions of utterance, discursive formation and episteme are mobilized, from which the reading of the text designed for this purpose is verticalized. As a result, it was also verified, beyond the scope of the proposition outlined for this investigation, the internal constituents of the statement of the report in question, the alignment of the device, and the anchoring of the knowledge-power relations arranged in the object in a progressive discursive approach and a statist episteme.

Keywords: Discourse Analysis; Northern discourse; Public security; Power relations; Tocantins.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar las relaciones de poder que constituyen el discurso sobre seguridad pública presente en la noticia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”, publicada en el portal virtual *Jornal Opção Tocantins*, en 18 de octubre de 2024. Para ello, se utiliza el reconocido método cualitativo-interpretativo del Análisis del Discurso, según orientaciones arqueogenéticas, centrado en la descripción heurística de los significados presentes en el asunto en estudio. De esta manera, se utilizan las nociones operativas de

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>

enunciado, formación discursiva y episteme, a partir de las cuales se verticaliza la lectura del texto diseñado al efecto. Como resultado, se verificó también, más allá del alcance de la propuesta planteada para esta investigación, los constituyentes internos del enunciado del informe en cuestión, la alineación del dispositivo y el anclaje de las relaciones de conocimiento-poder dispuestas en el objeto en una formación con un enfoque discursivo progresista y una episteme estatista.

Palabras clave: Análisis del Discurso; Discurso del Norte; Seguridad pública; Relaciones de poder; Tocantins.

Data de submissão: 06/11/2024

Data de aceite: 28/04/2025

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O discurso político circula livremente por praticamente todos os gêneros textuais os quais, por serem materializações concretas do eco dos discursos, são palcos nos quais se dão as mais diversas encenações. A sociedade e seus diversos meandros, ao virtualizarem-se nos sentidos produzidos no interior do circuito coletivo, amalgamam os mais diversos processos de gerência de suas estruturas funcionais para, com isso, manutenir suas forças de constituição. Ora, é com base nessa perspectiva que Foucault afirma: “A política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 1999, p. 22). Precisamente nesse direcionamento, conforme explica Soares, “*el discurso político es, entonces, la virtualización de la lucha en la que chocan diferentes cosmovisiones sobre cómo legitimar un proyecto de poder incrustado en el tejido de la sociedad*” (Soares, 2024, p. 219).

O discurso político, com toda a sua complexidade, insere-se ou está inserido, ora de um modo, ora de outro, em projetos de sentidos cuja continuidade atravessa o tecido social para constituir-se em áreas administrativas, ou seja, os segmentos segundo os quais o aparato político de gestão dos recursos financeiros, entre outros tantos, e de suas respectivas implementações à população, dão-se por uma organização normativa profundamente performativa. Um desses ambientes de arregimentação de sentidos, advindos do discurso político, é a segurança pública e sua extensão no circuito coletivo. A esse respeito e vinculado à crítica discriminativa da governamentalidade², Foucault afiança: “O conjunto das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares que permitem implantar os mecanismos de segurança, esse conjunto é cada vez mais gigantesco” (Foucault, 2008a, p. 11).

No horizonte delineado pela atividade do discurso político na sua associação com a pretensa defesa da sociedade por parte daqueles que gerem o aparato estatal, Foucault, acerca da profundidade do patrulhamento empreendido em nome da segurança pública, assevera:

² De acordo com Amos (2010), “o termo governamentalidade é o elo perdido entre os dois principais projetos de Foucault após *Vigiar e punir*: o primeiro é a genealogia do Estado moderno, e o segundo envolve questões éticas, uma genealogia do sujeito. Com esse projeto, ele alcança o cerne da relação entre pedagogia e política” (Amos, 2010, p. 26).

“Afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental” (Foucault, 2008a, p. 11). Com efeito, em um sistema coletivo marcado pelas assimetrias e desigualdades, a promessa de segurança, ainda que um tanto quanto vazia se não alocada em uma produção discursiva eivada de sentidos coerentemente direcionados, é um dos expedientes mais comuns em campanhas políticas, estabelecida nas eleições dos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Uma vez que a segurança pública vigora como prioridade, ou pelo menos recebe esse verniz praticamente em todos os ambientes nos quais circula, o que se diz a esse respeito, sobretudo no campo político, constitui material significativo para sua compreensão e tanto em abstrato, em domínio mais teórico, quanto em concreto, na esfera prática. Assim, investido da discriminação concreta e analítica, este artigo objetiva investigar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública presente na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal virtual *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024. Para concretização dessa propositura, utiliza-se o método da Análise do Discurso, por meio de alguns de seus conceitos operacionais. Para melhor disposição do plano argumentativo-textual a ser desenvolvido, este artigo é segmentado por seções designadas adiante com os títulos: “Considerações teórico-metodológicas”, nas quais são explicitadas as noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme; Em seguida, o item “Discurso sobre a segurança pública no Tocantins”, destaca os operadores mencionados que são postos em marcha no processo de descrição e interpretação das relações de poder no texto sob exame. Por fim, nas “Considerações finais”, verificam-se as possíveis contribuições acerca do trajeto ora percorrido.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para cumprir com a propositura desenhada para este texto, nesta seção, são recenseados os conceitos de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, que posteriormente serão empregados metodologicamente no processo descriptivo-interpretativo das relações de poder integrantes do discurso sobre a segurança pública materializado na reportagem intitulada “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024). Perante essas considerações preliminares, envereda-se aqui por uma teoria do discurso construída segundo o desenvolvimento de noções

operacionais por parte de Michel Foucault. Assim, o primeiro deslocamento necessário e imprescindível é justamente voltado para o entendimento do discurso como objeto de investigação. O discurso, como gerador constitutivo dos sentidos (Foucault, 2009), não se reduz à matéria fônica ou à matéria escrita presente nos textos em suas mais variadas modalidades de produção. Antes, conforme preconiza o pensamento arqueogenalógico, é uma teia de relações de sentidos.

No mesmo mirante, Veyne, ao elucidar a visão foucaultiana sobre discurso, assevera: “Os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados, não são mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos” (Veyne, 2011, p. 50-51). Diante da amplitude nocional de discurso, sob essa visada arqueogenalógica, Soares pontua: “O discurso não é uma série de falsas percepções do que se pode chamar de realidade, mas, grosso modo, das interpretações segundo as quais se podem ver os fatos, a realidade, as coisas” (Soares, 2022, p. 211). Assim, como exposto, o discurso possui tanto negatividades quanto positividades qualificando-o, mas carece de uma forma por meio da qual se pode observá-lo. Ao voltar-se para a metodologia de depreensão do discurso, Foucault diz: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados. Na medida em que se apoiam na formação discursiva, ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...)” (Foucault, 2012, p. 143).

Do discurso, a partir de seus traços mais amplos e genéricos, chega-se ao meio pelo qual se acessa seus elementos constituintes. A formação discursiva é um dos pilares segundo os quais se sustenta o discurso que, por sua vez, materializa-se em enunciados circulantes socialmente. Em outros termos, um pouco mais gerais, o discurso manifesta-se em enunciados que, como explicita Soares, “não se restringem unicamente às unidades linguísticas” (Soares, 2022, p. 212). Ancorados por formações discursivas, isto é, didaticamente, as formações discursivas funcionam como “guarda-chuva” de enunciados, Foucault afirma sobre a associação entre a formação discursiva e o enunciado: “Estamos agora diante de uma figura complexa. Ela pode e deve ser analisada simultaneamente como uma formação de enunciados (Foucault, 2008b, p. 110). Ora, assim, um conjunto de enunciados possibilita o surgimento de uma formação discursiva, já que aqueles fundamentam a concretização da própria formação discursiva como uma orientação de sentidos.

Como enunciado é o integrante da formação discursiva, Foucault explica: “Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das

diferentes estratégias que nela se desenrolam” (Foucault, 2012, p. 86-87). De acordo com essa concepção, a formação discursiva deixa ver o conjunto de mecanismos que norteiam os sentidos presentes nos enunciados segundo a própria perspectiva a qual se vincula, isto é, a formação discursiva possui, entre outras características que incidem na organização do enunciado, a conformação às relações de poder envolvidas na produção dos sentidos nela entrecruzadas. Assim, como se pode perceber, não se pode investigar uma formação discursiva sem estudar sua necessária composição de enunciados e, ao mesmo tempo, em que se examina um, depreendem-se as possíveis relações de poder, mediante a verificação das relações de sentido que fundamentam a outra.

Segundo o norte delineado acima, enunciado, que se integra a uma determinada formação discursiva, possui uma configuração discursiva, isto é, para Kremer-Marietti, embasada no método arqueogenético, “a função do enunciado – já que ele é essencialmente função – não é fazer aparecer um referente nem um sentido”. (Kremer-Marietti, 1977, p. 121). Ela continua: “o enunciado é mais que um conjunto de signos reunidos há um suporte material; eles supõem definições, regras, convenções de escrita” (Kremer-Marietti, 1977, p. 122). Deleuze, por sua vez, refere-se ao enunciado assim: “este tem um objeto discursivo que não consiste, de modo algum, num estado de coisas visado, antes deriva, pelo contrário, do próprio enunciado”. (Deleuze, 2017, p. 19-20). Nesse direcionamento elucidativo, Deleuze afiança: “O enunciado é em si mesmo repetição, embora aquilo que repita seja outra coisa, que, porém, lhe pode ser estranhamente semelhante, quase idêntica” (Deleuze, 2017, p. 25).

A partir da mobilização da formação discursiva, em suas diversas facetas, como no enunciado, instaura-se sua prática por meio do dispositivo. Esse, como um meio estruturante de organização sociocultural das formações discursivas, expressa, entre outras coisas, o estado de constrição dos sentidos e, por sua vez, das relações de poder segundo as quais o circuito coletivo funciona. Contudo, por mais que aqui essa noção ganhe um recorte, sua composição teórica é bastante ampla e abrangente e volta-se, como afirma Agambem, a “um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc.” (Agambem, 2005, p. 9). Em outros termos, o dispositivo, conforme seu domínio de atuação, coloca em marcha uma ou mais formações discursivas, a depender das relações de poder segundo as quais sua performance dá-se no circuito social. É justamente nesse direcionamento que Agambem assevera: “O dispositivo tem sempre uma função estratégica

concreta e se inscreve em uma relação de poder. É algo geral (um *reseau*, uma “rede”) porque inclui em si a episteme” (Agambem, 2005, p. 10).

Como visto, o dispositivo, no qual se encontra parte da episteme de um dado tempo, configura-se como um disseminador de discursos no tecido social, com regras de composição implícitas e explícitas de divulgação de seus materiais. Agambem, acerca de um dispositivo específico, o qual o objeto de investigação deste artigo toca, destaca: “Aqueles que têm discursos similares são, de resto, a seu tempo, o resultado do dispositivo midiático no qual estão capturados” (Agambem, 2005, p. 15). Em outros termos, todo o complexo de elementos integrantes da mídia, jornais, sites, programas televisivos, entre outros, integram o dispositivo midiático por meio do qual se dispersam discursos que lhe são provenientes. Em congruência com essa perspectiva, pode-se afirmar que existe um conjunto de dispositivos no circuito coletivo cujo papel é tanto disseminar sentidos quanto os estabilizar, como aventa, *mutatis mutandis*, Agambem (2005) acerca do dispositivo midiático. Portanto, um representante de tal agrupamento discursivo, como o *Jornal Opção Tocantins*, pode ser considerado, por via metonímica, um dispositivo e, por conseguinte, o que se diz analiticamente a seu respeito estende-se, em alguma medida, ao seu determinado conjunto.

Visto que o dispositivo, como um aparato regulador institucional, constitui todas as práticas de relações de poder vigentes no corpo social, comprehende-se um amplo espectro de ancoragem do enunciado para com a formação discursiva, cuja amplificação e modelagem dão-se por dispositivos. Esses são estruturados segundo os fundamentos da episteme que rege a conjuntura na qual vigoram. Nesse caso, no qual a episteme produz seus efeitos em determinado momento histórico, Foucault afirma que “(...) a episteme do mundo ocidental isola para nós o começo de certa maneira moderna de conhecer as empiricidades” (Foucault, 2007, p. 343). Assim, a episteme, conforme a densidade da explicação anterior, é a representatividade do conhecimento humano segundo, principalmente, o conjunto de elementos a partir dos quais se manifesta. Aqui, para evitar algum tipo de mal-entendido, esclarece-se que episteme não é saber, por quanto este difere daquela não apenas em sentido qualitativo, mas também em direcionalidade e permeabilidade, que somente a primeira possui.

Como uma diferenciação entre saber e episteme, usa-se a seguinte asserção de Foucault para delimitar com maior propriedade o primeiro elemento da relação: “Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar” (Foucault, 2007, p. 55). Com essa definição de saber, pode-se alegar, sem o receio do equívoco, que esse liga-se à representação das coisas

por palavras e, por uma extensão verticalizada, a episteme, por sua vez, refere-se à conjuntura na qual essas produzem poder operacionalizado no interior do circuito coletivo. A esse respeito e com maior precisão, Foucault declara: “Numa cultura e num dado momento, nunca há mais que uma episteme que define as condições de possibilidade de todo saber” (Foucault, 2007, p. 230). Portanto, a episteme é a responsável pelo agenciamento do saber, de tal forma que a expressão desse está configurada em seus aparelhos de disseminação, como os enunciados, as formações discursivas e os dispositivos.

No horizonte tracejado, a episteme, ao ser analisada em suas manifestações, é capaz de fornecer parte significativa do *modus operandi* das relações de poder-saber³ existentes na sociedade. É por essa razão, aliada à propositura de examinar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024, que este recenseamento conceitual importa a aplicação da metodologia da Análise do Discurso, segundo a qual se faz uma descrição tanto da materialidade do fenômeno de linguagem eleito para tal finalidade quanto das virtualidades sociais nele implicadas, de modo que essas são amplificadas sob as lentes das noções ora apresentadas. Feitas essas explicações, passamos à efetiva investigação da matéria.

3 DISCURSO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO TOCANTINS

Com o objetivo de examinar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública materializado na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024, envereda-se, nesta seção, pela aplicação dos princípios arqueogenalógicos, norteadores deste artigo. Com este traçado delineado no horizonte, cabe a caracterização do dispositivo no qual o enunciado sob investigação encontra-se difundido. Assim, para iniciar propriamente o processo analítico, faz-se imprescindível a descrição crítica do dispositivo no qual a referida informação ganhou circulação, isto é, o *Jornal Opção Tocantins* cuja organização estrutura-se predominantemente virtual nos dias de hoje, porém, quando de sua fundação, em meados de 1975 (à época chamava-se apenas *Jornal Opção*),

³ De acordo com Foucault (2014, p. 31), “[...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Assim, o emprego da composição nocional poder-saber, bem como saber-poder, refere-se justamente a tal implicação direta entre um e outro.

possuía uma disseminação física, como todos os materiais de natureza informativa daquele tempo.

Há que salientar o fato de que o dispositivo comunicativo em questão antecede a própria criação do Tocantins e, segundo Gouveia (2015), possui certa relevância para esse. Desse modo, o *Jornal Opção Tocantins* insere-se na constituição informativa do próprio Estado, validando sua malha de relações de poder de instituição formal, uma vez que os dizeres implícitos e explícitos sobre o Estado do Tocantins remetem ao “discurso fundador do Estado, cujo principal efeito de sentido é a importância do tamanho da obra em detrimento ou de suas explicações oficiais, ou da proporcionalidade entre obras e suas sinalizações” (Soares; Boucher, 2023, p. 66-67). Em outros termos, o *Jornal Opção* possuir projeção em um Estado no qual as redes de sentidos políticos são predominantemente estáveis desde seu surgimento é um indício de que, em seu circuito de atuação, há o cumprimento de uma demanda, seja essa um posicionamento político distinto de outros dispositivos informativos, seja essa o próprio preenchimento de um eventual hiato aberto pela falta de um jornal crítico (ou minimamente crítico).

Quanto à orientação do periódico, em relação às próprias formações discursivas disseminadas em seus produtos informativos, pode-se afirmar que seu cerne é progressista. Seus integrantes, antigos e atuais, em sua maioria, são intelectuais e críticos brasileiros alinhados ao espectro político de esquerda, cujos efeitos podem ser sentidos na profusão de novos jornalistas e seus textos; de um dispositivo de relevância para circulação de notícias, tornam-se também guias na arquitetura da discursividade ali produzida. Como o dispositivo possui em seu nascedouro uma propensão ideológico-política determinada, não é de se estranhar a ideia de que as formações discursivas, no interior das quais os enunciados são fabricados pelo periódico, sejam guiadas pelo mesmo conjunto de preceitos que lhe moldam a direcionalidade dos enunciados, de modo que uma possível repercussão de tal delineamento seja precisamente a configuração progressista de textos veiculados pelo jornal. Um dos possíveis indícios da circunscrição do enunciado, disposto mais adiante, ao campo progressista, é precisamente sua arquitetura de formulação, como é possível conferir abaixo:

Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública

Na manhã desta sexta-feira, 18, o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) anunciou a realização de um concurso para segurança pública, que contará com mais de 320 vagas. As provas estão previstas para serem aplicadas até março de 2025.

“Hoje aqui nós anunciamos mais de 320 vagas para segurança pública, mas claro estaremos fazendo estudos para anunciar outros setores do governo. A previsão é que nós faremos o concurso até março. Nós vamos fazer o edital, construir toda essa parte jurídica para, até março, fazermos as provas. Depois só é os cursos de formação, para colocar todo esse contingente nas ruas”, disse o governador. Ainda não foram divulgadas informações sobre a banca organizadora do concurso. O anúncio ocorreu durante uma cerimônia na sede da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (SSP-TO). No ato, também foram entregues 210 novas viaturas (Feitosa, 2024).

Em vista do caráter argumentativo sob o qual se erige o enunciado acima, tem-se uma informação apresentada em tom eufórico, isto é, a propositura segundo a qual 320 vagas para segurança pública é anunciada, fundamenta-se em uma orientação de leitura do próprio funcionamento do circuito coletivo para o qual a notícia é uma espécie de premiação, assemelhando-se mesmo a um presente à população que, em tese, será beneficiada por tal investimento do Estado. Essa virtualização eufórica do enunciado em questão beneficia-se prioritariamente da formação discursiva, na qual o eixo de formulação da estrutura de sentidos é integrado pelo eixo de constituição das possibilidades de enunciar segundo dadas relações de poder-saber. Em outros termos, e com maior afunilamento, a construção do enunciado “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), em sua disposição textual-argumentativa, deixa ver, entre outros elementos, a formação discursiva progressista⁴ implicada em seu interior, mediante o procedimento de anúncio de recurso que visa suprir uma demanda social, a segurança pública.

Importa destacar a inserção do próprio enunciado no circuito no qual recebe relevo, porquanto é aí que seu funcionamento adquire visibilidade e, consequentemente, possui suas relações de poder-saber instituídas segundo a perspectiva da própria formação discursiva, no caso progressista. Assim, a notícia sob escrutínio reproduz, em sua constituição interna, parte do que se verifica na própria arquitetura da sociedade, isto é, pelas próprias experiências somadas às informações veiculadas pela mídia. Em suas diferentes frentes de reprodução, constata-se uma insegurança quase generalizada, já que, para além das profundas desigualdades existentes no país, a região Norte, da qual trata, por extensão, a matéria, é uma das mais pobres do Brasil. Nesse direcionamento, a explicação dada por Foucault acerca da contingencial representação do projeto de poder no interior do qual a segurança pública tanto se justifica quanto se espraia por determinadas regiões e momentos históricos, assenta-se na

⁴ A formação discursiva em questão é considerada progressista por articular elementos que reforçam valores como investimento público, transparência e bem-estar social. Apesar de a segurança pública poder ser instrumentalizada de forma autoritária, o enunciado, em seu contexto imediato, reforça a ideia de Estado protetor e inclusivo, típico de discursos que valorizam políticas coletivas e acesso a direitos, como é descrito ao longo deste artigo.

seguinte asserção: “O espaço próprio da segurança remete portanto a urna série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado” (Foucault, 2008a, p. 27).

No horizonte delineado acima, compreende-se que a segurança pública, como um mecanismo disciplinar de normatização de comportamentos aceitos e não-aceitos no corpo social a partir de dispositivos de vigilância, de repressão e de punição, insere-se no circuito coletivo como um resultado das próprias demandas criadas por um sistema de injustiças sociais⁵.

A esse respeito, Foucault afiança: “A segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule” (Foucault, 2008a, p. 61). Dessa maneira, a legitimidade do tom eufórico do enunciado “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), ampara-se tanto na concretude informativa disseminada pelos meios de comunicação em massa acerca da temática expressa por casos de furtos, assaltos, roubos, entre outras ocorrências associadas, quanto pela experiência partilhada por muitos cidadãos cujas intercorrências sobre segurança são coincidentes com aquelas propagadas pela mídia. Como é possível perceber a partir da ótica arqueogenalógica, o dispositivo midiático, como no caso do *Jornal Opção Tocantins*, favorece o dispositivo estatal de segurança pública mediante tanto a divulgação de enunciados segundo os quais as adversidades vividas pelos sujeitos carecem de maior empenho das forças de repressão do Estado quanto a disseminação de uma possível eficiência desse ente de governo. Com isso não se pretende significar que o meio de comunicação em questão é um braço da gestão administrativa do Tocantins, mas, antes, explicitar que o conjunto das relações de poder-saber, ao qual o veículo está subordinado direta e indiretamente, destina-se não apenas à própria manutenção, bem como à ostensiva representatividade do controle da população por meios diversos, que, em tese, poderiam ser entendidos como críticos e mesmo formas de cobrança dos poderes responsáveis pela segurança pública, o executivo, o legislativo e o judiciário.

Diante da exposição interpretativa do funcionamento do dispositivo midiático *Jornal Opção Tocantins*, por meio do enunciado “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais

⁵ Leiam-se aqui os poderes descritos como dispositivos de regulação do corpo social que atuam direta e indiretamente nos sentidos de segurança pública.

de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), e sua relação discursiva com o dispositivo de segurança pública, empenha-se a discriminação verticalizada da formação progressista na qual se insere o direcionamento de sentidos veiculados no enunciado sob exame. Com essa propositura ventilada para verificação, traz-se a formação discursiva progressista, cujo viés aproxima-se de uma cosmovisão segundo a qual o Estado é responsável por diminuir as assimetrias encontradas no circuito coletivo, para o devido campo descritivo no qual seu delineamento no enunciado ultrapassa os limites linguísticos de produção argumentativa para, com esse expediente arqueogenalógico, compreender-se como a formação discursiva progressista constitui-se em um direcionamento não apenas de leitura do enunciado, mas, sobretudo, de leitura da sociedade.

Em vista da solidariedade entre a formação discursiva progressista constitutiva do enunciado e sua integração ao dispositivo midiático, encontra-se aí uma rede de relações de saber-poder que, impressas nos dizeres do representante máximo do poder executivo do Estado do Tocantins, possibilitam a manutenção da representação eufórica do aparelho de segurança pública, ilustrando, de maneira prática, o que Foucault assevera sobre o papel da gestão do circuito coletivo: “O Estado é o que deve estar no fim da operação de racionalização da arte de governar” (Foucault, 2008a, p. 385). Em outras palavras, com a fala transcrita na matéria, “Hoje aqui nós anunciamos mais de 320 vagas para segurança pública, mas claro estaremos fazendo estudos para anunciar outros setores do governo”, tem-se o funcionamento do dispositivo de segurança pública, caracterizado pela temática orientativa do trecho dito pela figura do governador do Tocantins, o Estado como o detentor dos meios de continuidade da segurança pública por meio da ampliação de seu quadro de servidores selecionados para tal atribuição.

Eis que a condução da formação discursiva progressista, arquitetada no dispositivo midiático do *Jornal Opção Tocantins*, disseminada nos sentidos contidos no enunciado sob análise, carrega a episteme constitutiva do tempo histórico de sua irradiação, momento atual, cuja principal característica, como um saber-poder, é o envolvimento do Estado como modelador do circuito coletivo. As relações de poder e de saber, encontradas na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024) endossam a existência de uma episteme de cunho estatizante⁶, cuja

⁶ A escolha desse qualificativo, como determinador de episteme, ratifica o compromisso com a relevância do sentido emergente de seu emprego social. Em outros termos, estatizante, tal qual seu uso dá-se neste artigo, remete-se à propriedade do Estado voltada para sua dinâmica própria de crescimento e gestão progressiva das demandas e dos recursos coletivos.

dominância do Estado em vários âmbitos sociais segue a segurança pública, o que, segundo Foucault (2007), define certas condições de saber acerca de um dado assunto, como a segurança pública. Nesse direcionamento, a episteme estatizante, que por seu caráter macro dinâmico é construída historicamente como um saber legitimamente verdadeiro, dissemina-se por meio das relações de poder ao constituir-se como autoevidente.

Após a leitura verticalizada do texto sob investigação, colige-se, *mutatis mutandis*, que é preciso um quantitativo maior de agentes de segurança presentes no espaço público e, consequentemente, encontra-se aí a residência do tom eufórico da notícia, para além dessa estar conformada pela formação discursiva progressista, veiculada por um dispositivo midiático. Desse modo, o que se diz sobre o anúncio de 320 vagas para concurso do Governo do Tocantins é lido sob o delineamento das relações de saber-poder, formatadas pela episteme estatizante. No interior dos sentidos presentes na matéria sob exame, encontra-se um núcleo norteador, que não se verifica em toda a sua extensão, por essa razão o empreendimento arqueogenéalogico faz-se necessário. Portanto, a compreensão da episteme como epicentro do saber que se expande mediante a manutenção das próprias relações de poder, como no caso da episteme estatizante, orienta-se pela perspectiva segundo a qual o corpo social, em praticamente toda a sua história, foi “guiado” por práticas de cujos saberes eram validadas pela própria disseminação massiva desses, demonstrando, assim, o valor autoevidente de certos paradigmas⁷.

Diante da expressividade das relações de poder-saber implicadas à episteme estatizante detectada no objeto de estudo deste artigo, encontra-se, mesmo que de maneira um tanto quanto elementar, um princípio norteador de sentidos propagados acerca da segurança pública, mormente, no Tocantins, isto é, a ampliação das forças de segurança, e, por sua vez, do próprio Estado como uma das possíveis mediadoras. Como não cabe ao processo analítico aqui previsto, tanto pelo objetivo quanto pela extensão, o aprofundamento minucioso da episteme estatizante, como um saber-poder consolidado historicamente e espalhado para a maioria dos dispositivos propagadores de informações, pode-se empregar os resultados aqui obtidos como parte da descrição interpretativa de um corpus no qual se tenha textos analisados sob a ótica arqueogenéalogica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Aqui paradigmas devem ser apreendidos como um conjunto de saberes estabilizados em um determinado período histórico, como, por exemplo, o poder soberano, de fazer morrer o súdito, que vigorou aproximadamente até o século XVII, e o poder disciplinar que ganhou maiores proporções a partir do século XVII, com seus mecanismos e dispositivos disciplinares, entre eles o panóptico, nas prisões, com a finalidade de adestrar e docilizar os corpos (Foucault, 2014).

Com o objetivo de investigar as relações de poder constituintes do discurso sobre a segurança pública presente na notícia “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública” (Feitosa, 2024), publicada no portal *Jornal Opção Tocantins*, em 18 de outubro de 2024, este artigo empregou as noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, explicitadas no item 2 acima, intitulado “Considerações teórico-metodológicas”, no processo de descrição e de interpretação das relações de poder no enunciado eleito para exame, e desenvolvido no item 3, intitulado “Discurso sobre a segurança pública no Tocantins”. Realizada tal propositura, conforme seu próprio delineamento inicial, acredita-se que, mais do que a proporcionalidade compreensiva do método arqueogenalógico observada em sua aplicabilidade no decorrer deste estudo, algumas relações de poder-saber envolvidas na produção e circulação da matéria em questão foram depreendidas e, por extensão, parte de uma macroestrutura fabricante de sentidos disseminados no atual circuito coletivo.

Verificou-se, por meio do expediente investigativo, que a notícia propaga em seu interior um tom eufórico que, por sua vez, representa parcela da própria arquitetura do enunciado veiculado por uma formação discursiva progressista. Nesse horizonte traçado pela exposição discriminativa dos mecanismos constitutivos da matéria jornalística em foco, encontrou-se, no discurso do Norte (Soares; Boucher, 2023), relações de poder-saber que se configuram segundo as circunstâncias nas quais se pulverizam sentidos conectados ao Estado do Tocantins, em especial à segurança pública, porquanto essa, tal como materializada no texto examinado, reproduz, em microescala, o desempenho da administração pública, sobretudo, como solução de um problema social. A caracterização do anúncio de 320 vagas para a segurança pública como um alívio para a população tocantinense desenha os contornos do apagamento da própria necessidade de mais agentes de segurança.

Quanto à tipificação da episteme, destacaram-se as limitações inerentes ao projeto interpretativo de, por meio de um enunciado, encontrar um saber englobante de relações de poder capazes de promover uma espécie de verdade totalizante. Desse modo, rastreou-se a episteme estatizante como um saber-poder consolidado historicamente cuja performatividade valida-se de acordo com a perspectiva segundo a qual a segurança pública, para ser melhorada, precisa ser ampliada, ou seja, o poder do Estado do Tocantins, medido por seus diversos aparelhos de controle, para amenizar o sentimento de insegurança dos cidadãos, promove sua própria ampliação com a anuência de praticamente todos. Ressalta-se que o mais significativo da compreensão do funcionamento dessa episteme é precisamente não receber qualquer

oposição, ou melhor, por ganhar profunda adesão daqueles que creem ser a solução da insegurança pública o aumento das forças de vigilância e repressão do Estado.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, G. “O que é um dispositivo?” *Outra Travessia*, n. 5, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 24 out. 2024.
- AMOS, K. “Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 023-038, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tH6GmSLkMdnvDtWV6VDYdTm/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2024.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2017.
- GOUVEIA, M.” O jornalismo crítico do *Jornal Opção* completa quarenta anos”. *Jornal Opção*. 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/editorial/o-jornalismo-critico-do-jornal-opcao-completa-quarenta-anos-54798/#:~:text=Em%201975%2C%20jornalista%20consolidado%20%E2%80%94%20mais,Moraes%20decidiu%20criar%20um%20jornal>. Acesso em: 21 out. 2024.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermanti na Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Elisa Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FEITOSA, R. “Governo do Tocantins anuncia concurso com mais de 320 vagas para Segurança Pública”. Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/governo-do-tocantins-anuncia-concurso-com-mais-de-320-vagas-para-seguranca-publica-547640/>. Acesso em: 21 out. 2024.
- KREMER-MARIETTI, A. *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Trad. César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SOARES, T. B. *Percorso discursivo: heterogeneidades epistemológicas aplicadas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, T. B. “Un análisis de las imágenes del yo en la pronunciación presidencial de Jair Messias Bolsonaro: un (im)probable presidente de Brasil”. *Mídia e Cotidiano*, v. 18, n. 1, p. 218-235, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/57286>. Acesso em: 21 out. 2024.

SOARES, T. B.; BOUCHER, D. F. *Discursos do Norte: projeções identitárias, apagamentos e interpretações em redes de dizeres sobre o Tocantins*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

VAYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.